



1 - IDENTIFICAÇÃO

O Semi-Internato N^a Sra. da Assunção é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, com o NIF 500877408, tendo um acordo de cooperação com o Centro Regional de Segurança Social com a finalidade de desenvolvimento da atividade de apoio à educação pré-escolar e CATL.

O centro regional obriga-se a compartilhar o Semi-Internato N^a Sra. da Assunção nos encargos financeiros de acordo com os critérios legais em vigor e por referência ao número de utentes que efetivamente frequentam a IPSS.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros, dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que o Instituto opera, logo a moeda funcional.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Governo Provincial em 14 de Abril de 2016 e é opinião do Conselho Provincial que as mesmas refletem de forma fidedigna as operações do Instituto, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

2 - REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras do SEMI foram preparadas de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) a partir do exercício de 2012.

Em 2015 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as entidades do Sector não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n^o 36-A/2011 de 9 de Março. No anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

ANEXO - SEMI-INTERNATO N^a SRA. DA ASSUNÇÃO

- Bases para a apresentação das Demonstrações Financeiras (BAFT);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria nº 105/2011 de 14 de Março;
- Código de contas (CC) – Portaria nº 106/2011 de 13 de Março
- Norma contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) – Aviso nº 6726-B/2011 de 14 de Março; e
- Normas Interpretativas (NI);

Como nota final, queremos referir que as demonstrações financeiras apresentadas pelo SEMI, pessoa jurídica canónica, não incluem quaisquer operações relacionadas com a atividade religiosa, ao abrigo da Concordata celebrada entre a República Portuguesa e a Santa Sé, aprovada em 30 de Setembro de 2004, pela Resolução da Assembleia da República nº 74/2004. De acordo com o artigo 26º do referido diploma, as pessoas jurídicas canónicas, apenas quando desenvolvam atividades com fins diversos dos religiosos, assim considerados pelo direito português, como, entre outras, de educação, de solidariedade social e cultural, além dos comerciais e lucrativos, ficam sujeitas ao regime fiscal aplicável à respetiva atividade.

3 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Imparidade de ativos

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos. Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada em resultados.

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos

diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence. A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados sendo efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o que compreende (i) o seu preço de compra, (ii) quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condição necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida; e (iii) sempre que aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado.

Após o reconhecimento inicial, os ativos fixos tangíveis continuam a ser registados pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. A quantia depreciável de um ativo é determinada após dedução do seu valor residual, sempre que este não é considerado imaterial.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimados. Existindo algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou

da quantia residual de um ativo, é revista a depreciação desse ativo de forma prospectiva para refletir as novas expectativas.

Os dispêndios com reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gasto do período em que incorridos. Os dispêndios com inspeção e conservação dos ativos são registados como gasto.

Os ativos fixos tangíveis em curso referem-se a ativos em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que estão disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pelo órgão de gestão.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

Impostos sobre Lucros

Os Impostos Correntes são reconhecidos como um rendimento ou como um gasto e incluídos no resultado líquido do período, exceto quando o imposto provenha de uma transação ou acontecimento que seja reconhecido, no mesmo ou num diferente período, diretamente nos fundos patrimoniais, caso em que o respetivo imposto é diretamente debitado ou creditado aos fundos patrimoniais.

Instrumentos financeiros

O tratamento contabilístico dos instrumentos financeiros e respetivos requisitos de apresentação e divulgação é realizado de acordo com o ponto 17 da NCRF-ESNL.

Os ativos e os passivos financeiros são mensurados (i) ao custo menos perda por imparidade ou (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

Ao custo menos perda por imparidade

Os ativos e passivos financeiros ao custo menos perda por imparidade incluem: clientes, outras contas a receber, empréstimos concedidos, fornecedores, outras contas a pagar e empréstimos obtidos. São também mensurados ao custo menos perda por imparidade os contratos para conceder ou contrair empréstimos que não possam ser liquidados numa base líquida e que, quando executados, reúnam as condições atrás descritas.

Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados

Todos os ativos e passivos financeiros não mensurados pelo custo menos perda por imparidade são mensurados ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados, na rubrica aumentos / reduções de justo valor.

Imparidade de ativos financeiros e sua reversão

Os ativos financeiros mensurados pelo custo menos perda por imparidade são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato.

Se o montante da perda por imparidade diminui e se tal diminuição estiver objetivamente relacionada com um acontecimento que deu lugar ao reconhecimento da perda, esta deve ser revertida até ao limite do montante que estaria reconhecido caso a perda não tivesse sido inicialmente registada.

As perdas por imparidade e sua reversão são registadas em resultados na rubrica Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões) ou de outras imparidades (perdas / reversões) no período em que são determinadas.

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

São desreconhecidos ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram ou quando transfere para outra entidade os ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos

mesmos. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais são retidos alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido. Os passivos financeiros são desreconhecidos apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

Outras contas a receber

As contas a receber são mensuradas ao custo menos perda de imparidade. As perdas por imparidade verificadas são reconhecidas nos resultados.

O ajustamento para imparidade das contas a receber é estabelecido quando há evidência objetiva de que não será recebida parte ou a totalidade dos montantes em dívida, no termos acordados. Dificuldades financeiras significativas por parte do devedor, probabilidade de o devedor se tornar insolvente ou a falha sucessiva de pagamentos por parte do devedor, são considerados indicadores de que a conta a receber está numa situação de imparidade.

Inventários

Os Inventários são valorizados ao menor entre o seu custo histórico e o valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso normal da atividade deduzido dos respetivos custos de venda.

Quando o valor realizável líquido foi mais baixo que o valor de custo, bem como o valor dos materiais potencialmente obsoletos, estes encontram-se registados na rubrica perdas de imparidade de inventários (perdas/ reversões).

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa compreende o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem. Equivalentes de caixa consistem em investimentos a curto prazo (não superior a três meses),



altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

Reconhecimento de gastos e perdas e de rendimentos e ganhos

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, independentemente da data/momento em que as transações são faturadas. São estimados os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido.

Vendas de bens

O rédito proveniente da venda de bens apenas é reconhecido quando (i) são transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, (ii) não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse ou o controlo efetivo dos bens vendidos, (iii) a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada, (iv) seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para o Instituto e (v) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber. As restantes receitas e despesas são registadas de acordo com o pressuposto do acréscimo pelo que são reconhecidas à medida que são geradas independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de diferimentos ou outras contas a pagar ou a receber.

Prestação de serviços

O rédito associado com uma transação que envolva prestação de serviços é reconhecido quando o desfecho dessa transação possa ser fiavelmente estimado, isto é, quando:

(i) a quantia de rédito seja fiavelmente mensurada; (ii) seja provável que benefícios económicos associados com a transação fluam para o IFMA; (iii) a fase de acabamento da transação à data do balanço seja fiavelmente mensurada; e (iv) os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação sejam fiavelmente mensurados.

Juros

O rédito proveniente do uso de ativos que produzam juros é reconhecido quando: (i) seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para o Instituto e

(ii) a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada. Os juros são reconhecidos utilizando o regime do acréscimo

Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo são reconhecidos apenas quando existe segurança razoável de que serão recebidos e que a Entidade cumprirá as condições inerentes aos mesmos.

Os subsídios do Governo não reembolsáveis relacionados com ativos não correntes são inicialmente reconhecidos nos fundos patrimoniais e subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os custos relacionados que se pretende que eles compensem.

Os subsídios do Governo reembolsáveis relacionados com ativos não correntes são contabilizados como passivos.

Os subsídios do Governo relacionados com rendimentos, são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados pelo período necessário para os balancear com os gastos que se destinem a compensar.

Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

Quando o subsídio consiste na transferência de um ativo não monetário (por exemplo terrenos ou outros recursos para uso da entidade), procede-se à avaliação do ativo não monetário e contabiliza-se quer o subsídio quer o ativo não monetário por esse justo valor. Caso este não possa ser determinado com fiabilidade, tanto o ativo como o subsídio são registados por uma quantia nominal.

Custos com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto do período em que sejam incorridos, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. Os custos de empréstimos obtidos que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica como parte do custo desse ativo são também reconhecidos como um gasto do período em que sejam incorridos.

Passivos contingentes e ativos contingentes

Os ativos contingentes são possíveis ativos provenientes de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade mas são objeto de divulgação quando é provável um influxo de contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade.

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade; ou obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afete benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da

obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, sendo os mesmos objeto de divulgação, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade.

Juízos de valor, estimativas e pressupostos críticos

Na preparação das demonstrações financeiras foram adotados certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções realizadas pelo órgão de gestão foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento e complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras, são as seguintes:

- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis: a determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação, é essencial para determinar o montante de depreciações reconhecer na demonstração dos resultados. Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho Provincial para os ativos em questão.
- Imparidade de dívidas a receber: para a análise da recuperabilidade das dívidas a receber é tida em conta a informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.
- Justo valor dos instrumentos financeiros: o justo valor dos instrumentos financeiros que não têm mercado ativo é determinado com base em avaliações que refletem o “mark-to-market” desses instrumentos. É utilizado o julgamento para a seleção das técnicas de avaliação e os pressupostos a utilizar para a avaliação dos derivados contratados à data do reporte financeiro.

4 - Fluxos de caixa

A caixa e seus equivalentes são assim decompostos:

Caixa e seus equivalentes - quantias escrituradas e movimentos do exercício	31-12-2015				31-12-2014			
	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo final	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo final
Caixa	378	1.877	1.581	296	354	1.891	1.868	378
Depósitos à ordem	27.763	1.076.501	888.027	188.474	41.893	788.405	802.534	27.763
Outros depósitos bancários	-	-	-	-	-	150.000	-	150.000
Total de caixa e depósitos bancários	28.141	1.078.378	889.608	188.770	42.247	940.296	804.402	178.141
dos quais: depósitos bancários no exterior	-	-	-	-	-	-	-	-

5 - Ativos fixos tangíveis

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014 o movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e as respectivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

ANEXO - SEMI-INTERNATO N^a SRA. DA ASSUNÇÃO

Ativos fixos tangíveis	31-12-2015						Total
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento Administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	
Quantia bruta escriturada inicial		1.792.126	95.337	20.372	134.178	16.347	2.058.359
Depreciações acumuladas iniciais	-	343.124	87.177	20.372	129.655	12.107	592.435
Perdas por imparidade acumuladas iniciais	-	-	-	-	-	-	-
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas iniciais	-	343.124	87.177	20.372	129.655	12.107	592.435
Quantia líquida escriturada inicial	-	1.449.002	8.160	-	4.523	4.240	1.465.924
Movimentos do período	-	(33.237)	2.606	-	(1.506)	2.231	(29.906)
Total das adições	-	-	6.150	-	-	4.401	10.551
Aquisições em 1 ^a mão	-	-	6.150	-	-	4.401	-
Total das diminuições	-	(33.237)	(3.544)	-	(1.506)	(2.170)	(40.457)
Depreciações	-	33.237	3.544	-	1.506	2.170	-
Outras-Abate	-	-	-	-	-	-	-
Quantia líquida escriturada final	-	1.415.765	10.766	-	3.016	6.471	1.436.018
Quantia bruta escriturada final	-	1.792.126	101.487	20.372	134.178	20.748	2.068.910
Depreciações acumuladas finais	-	376.361	90.721	20.372	131.161	14.277	632.892
Perdas por imparidade acumuladas finais	-	-	-	-	-	-	-
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas finais	-	376.361	90.721	20.372	131.161	14.277	632.892

Ativos fixos tangíveis	31-12-2014						Total
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento Administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	
Quantia bruta escriturada inicial		1.792.126	87.783	20.372	134.178	16.347	2.056.771
Depreciações acumuladas iniciais	-	309.887	84.879	20.372	128.149	11.151	554.438
Perdas por imparidade acumuladas iniciais	-	-	-	-	-	-	-
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas iniciais	-	309.887	84.879	20.372	128.149	11.151	554.437
Quantia líquida escriturada inicial	-	1.482.239	2.904	-	6.029	5.196	1.496.367
Movimentos do período	-	(33.237)	5.256	-	(1.506)	(956)	(30.443)
Total das adições	-	-	7.554	-	-	-	7.554
Aquisições em 1 ^a mão	-	-	7.554	-	-	-	-
Total das diminuições	-	33.237	2.298	-	1.506	956	37.997
Depreciações	-	33.237	2.298	-	1.506	956	-
Outras-Abate	-	-	-	-	-	-	-
Quantia líquida escriturada final	-	1.449.002	8.160	-	4.523	4.240	1.465.924
Quantia bruta escriturada final	-	1.792.126	95.337	20.372	134.178	16.347	2.058.359
Depreciações acumuladas finais	-	343.124	87.177	20.372	129.655	12.107	592.435
Perdas por imparidade acumuladas finais	-	-	-	-	-	-	-
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas finais	-	343.124	87.177	20.372	129.655	12.107	592.435

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

Vida Útil	Anos
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	5
Outros ativos fixos tangíveis	4

ANEXO - SEMI-INTERNATO Nº SRA. DA ASSUNÇÃO

As depreciações do exercício, de ativos fixos tangíveis, no montante de 40.457.31€, foram reconhecidas em resultados na sua totalidade, na rubrica Gastos/reversões de depreciação e amortização.

6 - Ativos fixos intangíveis

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015, o movimento ocorrido nos ativos fixos intangíveis e as respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Ativos Intangíveis	31-12-2015								
	Total								
	Bens do domínio público	Goodwill	projetos de desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Adiantamentos por conta de ativos intangíveis	Total
Quantia bruta escriturada inicial	-	-	-	4.785	-	-	-	-	4.785
Amortizações acumuladas iniciais	-	-	-	1.595	-	-	-	-	1.595
Perdas por imparidade acumuladas iniciais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas iniciais	-	-	-	-	-	-	-	-	1.595
Quantia líquida escriturada inicial	-	-	-	3.190	-	-	-	-	3.190
Movimentos do período	-	-	-	(1.595)	-	-	-	-	(1.595)
Total das adições	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisições em 1º mão	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisições através de concentrações de atividade	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total das diminuições	-	-	-	1.595	-	-	-	-	1.595
Amortizações	-	-	-	1.595	-	-	-	-	1.595
Outras transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quantia líquida escriturada final	-	-	-	1.595	-	-	-	-	1.595
Quantia bruta escriturada final	-	-	-	4.785	-	-	-	-	4.785
Amortizações acumuladas finais	-	-	-	3.190	-	-	-	-	3.190
Perdas por imparidade finais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortizações e Perdas por imparidade acumuladas finais	-	-	-	3.190	-	-	-	-	3.190
Vida útil estimada (em anos)	-	-	-	3	-	-	-	-	-

Ativos Intangíveis	31-12-2014								
	Total								
	Bens do domínio público	Goodwill	projetos de desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Adiantamentos por conta de ativos intangíveis	Total
Quantia bruta escriturada inicial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortizações acumuladas iniciais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Perdas por imparidade acumuladas iniciais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas iniciais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quantia líquida escriturada inicial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Movimentos do período	-	-	-	3.190	-	-	-	-	3.190
Total das adições	-	-	-	4.785	-	-	-	-	4.785
Aquisições em 1º mão	-	-	-	4.785	-	-	-	-	4.785
Outras aquisições	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total das diminuições	-	-	-	1.595	-	-	-	-	1.595
Amortizações	-	-	-	1.595	-	-	-	-	1.595
...	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quantia líquida escriturada final	-	-	-	3.190	-	-	-	-	3.190
Quantia bruta escriturada final	-	-	-	4.785	-	-	-	-	4.785
Amortizações acumuladas finais	-	-	-	1.595	-	-	-	-	1.595
Perdas por imparidade finais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortizações e Perdas por imparidade acumuladas finais	-	-	-	1.595	-	-	-	-	1.595
Vida útil estimada (em anos)	-	-	-	3	-	-	-	-	-

Os ativos fixos intangíveis são depreciados de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

Vida Útil	Anos
Outros ativos fixos intangíveis	3

As depreciações do exercício, de ativos fixos intangíveis, no montante de 1.595€, foram reconhecidas em resultados na sua totalidade, na rubrica Gastos/reversões de depreciação e amortização.

7 - Impostos sobre o rendimento

O SEMI encontra-se isento de impostos sobre os lucros em sede de Imposto sobre o rendimento das Pessoas coletivas (IRC).

8 - Inventários

Em 31 de Dezembro de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014, os inventários têm a seguinte composição:

Inventários	31-12-2015			31-12-2014		
	Valor bruto	Perdas por imparidade	Quantia líquida	Valor bruto	Perdas por imparidade	Quantia líquida
Mercadorias	6.160	-	6.160	2.338	-	2.338
	6.160	-	6.160	2.338	-	2.338

9 – Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas

Em 31 de Dezembro de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014, o custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas é assim decomposto:

ANEXO - SEMI-INTERNATO Nº SRA. DA ASSUNÇÃO

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	31-12-2015	
	Mercadorias	Total
Inventários iniciais	2.338	2.338
Compras	10.533	10.533
Inventários finais	6.160	6.160
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6.711	6.711

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	31-12-2014	
	Mercadorias	Total
Inventários iniciais	1.505	1.505
Compras	961	961
Inventários finais	2.338	2.338
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	128	128

10 - Clientes

Em 31 de Dezembro de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014 a rubrica clientes decompõe-se da seguinte forma:

Clientes	31-12-2015			31-12-2014		
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido
Clientes, conta corrente Gerais	17.612		17.612	13.200		13.200
	17.612	-	17.612	13.200	-	13.200

ANEXO - SEMI-INTERNATO N^a SRA. DA ASSUNÇÃO



11 – Outros Ativos Financeiros

Em 31 de Dezembro de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014 a rubrica de ativos financeiros decompõe-se da seguinte forma:

Outros ativos financeiros correntes	31-12-2015			31-12-2014		
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido
...			-			-
IPSS - Semi-Internato N ^a Sra. da Assunção			-			-
... Obrigações 2009/2019 CGD	500.000		500.000	500.000		500.000
Fundo de Compensação dos Trabalhadores	143		23	23		23
			-			-
	500.143	-	500.023	500.023	-	500.023

12 - Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014 a rubrica estado e outros entes públicos decompõe-se da seguinte forma:

Estado e outros entes públicos	31-12-2015	31-12-2014
Ativo		
Retenção de imposto sobre o rendimento		
Imposto sobre o valor acrescentado	9.858	
	9.858	-
Passivo		
Retenção de imposto sobre o rendimento	3.334	3.110
Contribuições para a Segurança Social	7.967	7.413
Outras Tributaçãoes	11	8
	11.312	10.531

13 - Outras contas a receber - correntes

ANEXO - SEMI-INTERNATO N^a SRA. DA ASSUNÇÃO



Em 31 de Dezembro de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014 a rubrica outras contas a receber decompõe-se da seguinte forma:

Outras contas a receber correntes	31-12-2015			31-12-2014		
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido
Saldos devedores de fornecedores		-	-		-	-
Pessoal		-	-		-	-
Seguros		-	-		-	-
Devedores por acréscimos de rendim	66.556	-	66.556	90.217	-	90.217
Outros devedores	3.703	-	3.703	1.188	-	1.188
	70.259	-	70.259	91.405	-	91.405

14 - Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014 a rubrica diferimentos decompõe-se da seguinte forma:

Diferimentos	31-12-2015	31-12-2014
Diferimentos - Ativo		
Gastos a reconhecer	2.495	589
...		
	2.495	589
Diferimentos - Passivo		
Rendimentos a reconhecer	39.960	39.451
	39.960	39.451

15 - Caixa e depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014 a rubrica caixa e depósitos bancários decompõe-se da seguinte forma:

Caixa e depósitos bancários	31-12-2015	31-12-2014
Depósitos à ordem	188.474	27.764
Outros depósitos bancários	-	150.000
Numerário	296	377
	188.770	178.141

16 - Financiamentos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2014 e em 31 de Dezembro de 2013 a rubrica financiamentos obtidos decompõe-se da seguinte forma:

Financiamentos obtidos	31-12-2015		31-12-2014	
	Montante utilizado		Montante utilizado	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Empréstimos bancários:				
Financiamneto - CGD		500.000		500.000
	-	500.000	-	500.000

17 – Fundadores /Beneméritos /Patrocinadores

ANEXO - SEMI-INTERNATO N^a SRA. DA ASSUNÇÃO



Em 31 de Dezembro de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014 a rubrica Fundadores /Beneméritos /Patrocinadores decompõe-se da seguinte forma:

Fundadores/ beneméritos/ patrocinadores/ doadores/ associados/ membros	31-12-2015	31-12-2014
	Correntes	Correntes
Ativo		
IPSS - IFMA	688.538	688.225
Outros		
ENSA	4.273	407
CSA	80.000	80.000
	772.812	768.632
Passivo		
ENSA	-	
OUTROS	1.575	876
	1.575	876
TOTAL	771.237	767.756

18 - Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014 a rubrica de fornecedores decompõe-se da seguinte forma:

Fornecedores	31-12-2015	31-12-2014
Ativo		
Gerais		
Adiantamento Fornecedores		
Empresas subsidiárias	484	
Passivo		
Fornecedores c/c	11.618	19.055
Empresa-mãe		
Empreendimentos conjuntos		
	11.134	19.055

**19 - Outras contas a pagar - correntes**

Em 31 de Dezembro de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014 a rubrica outras contas a pagar decompõe-se da seguinte forma:

Outras contas a pagar correntes	31-12-2015	31-12-2014
Pessoal		55
Saldos credores de utentes		
Escolas		
Credores por acréscimos de gastos	60.799	57.499
Outros credores		
	60.799	57.554

20 - Vendas e serviços prestados

As vendas e prestações de serviços são assim decompostas:

Rédito das vendas e dos serviços prestados	31-12-2015	31-12-2014
Prestações de Serviços		
Jardim de infancia	245.105	247.032
Atividades tempos livres	42.391	28.338
Outros serviços	34.439	33.033
Total	321.935	308.403

ANEXO - SEMI-INTERNATO N^a SRA. DA ASSUNÇÃO

21 - Subsídios, doações e legados à exploração

O SEMI beneficiou dos seguintes subsídios no decorrer dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014:

Subsídios, doações e legados à exploração	31-12-2015	31-12-2014
Do Estado e outros entes públicos		
Segurança Social	340.013	401.161
Apoio ao desporto		
De outras entidades		
Instituto de Emprego e Formação Profissional		
Apoio ao desporto		
Total	340.013	401.161

22 - Fornecimentos e serviços externos

Os fornecimentos e serviços externos são assim decompostos:

Fornecimentos e serviços externos	31-12-2015	31-12-2015
Subcontratos	83.624	90.375
Serviços especializados		
Trabalhos especializados	1.550	4.418
Publicidade e propaganda		
Vigilância e segurança	3.251	3.690
Honorários	9.329	7.405
Serviços Bancários	407	342
Conservação e reparação	13.494	4.177
Outros		
Materiais		
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	2.706	1.776
Livros e documentação técnica		
Material de escritório	3.038	854
Material Didático		1.810
Artigos para oferta	930	94
Jardinagem		
Outros	436	1.879
Energia e fluidos		
Electricidade	13.068	12.034
Combustíveis	1.732	1.615
Água	2.659	1.982
Outros-Gás	4.477	2.958
Deslocações, estadas e transportes		
Deslocações e estadas	518	12.924
Serviços diversos		
Comunicação	2.165	2.085
Seguros	754	2.981
Contencioso e notariado		
Limpeza, higiene e conforto	9.453	4.848
Outros serviços	22.071	
	175.664	158.248

ANEXO - SEMI-INTERNATO N^a SRA. DA ASSUNÇÃO

23 - Gastos com o pessoal

No decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014 foram reconhecidos os seguintes montantes em resultados, na rubrica gastos com o pessoal:

Gastos com o pessoal	31-12-2015	31-12-2014
Remunerações do pessoal	337.138	325.613
Indemnizações		
Encargos sobre remunerações	70.810	63.471
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	1.168	2.431
Outros gastos com pessoal	15.072	1.031
	424.188	392.546

24 - Outros rendimentos e ganhos

Os outros rendimentos e ganhos são assim decompostos:

Outros rendimentos e ganhos	31-12-2015	31-12-2014
Rendimentos suplementares		
Cantina / Bar / Abono de Família		
Descontos de pronto pagamento obtidos		
Correcções relativas a períodos anteriores	173	
Imputação de subsídios para investimentos		
Outros		303
Total	173	303

**25 - Outros gastos e perdas**

Os outros gastos e perdas são assim decompostos:

Outros gastos e perdas	31-12-2015	31-12-2014
Impostos	336	337
Dívidas incobráveis	6.069	2.587
Correções relativas a períodos anteriores	24.817	
Donativos	300	450
Quotizações		870
Outros não especificado	263	274
	31.784	4.518

26 - Gastos / reversões de depreciação e de amortização

Os gastos/reversões de depreciação e de amortização são assim decompostos:

Gastos/reversões de depreciação e de amortização	31-12-2015	31-12-2014
Ativos fixos tangíveis		
Edifícios e outras construções	33.237	33.237
Equipamento básico	3.544	2.298
Equipamento de transporte		
Equipamento administrativo	1.506	1.506
Outros ativos fixos tangíveis	2.170	956
	40.457	37.997
Ativos intangíveis		
Outros ativos fixos intangíveis	1.595	1.595
Com vida útil finita		
	1.595	1.595
Total	42.052	39.592

**27 - Juros e rendimentos similares obtidos**

Os juros e rendimentos similares obtidos são assim decompostos:

Juros e rendimentos similares obtidos	31-12-2015	31-12-2014
Juros obtidos		
Outras aplicações em meios financeiros líquidos	12.476	8.280
	12.476	8.280

28 - Juros e gastos similares suportados

Os juros e gastos similares suportados são assim decompostos:

Juros e gastos similares suportados	31-12-2015	31-12-2014
Juros suportados		
Financiamentos bancários	10.253	11.444
	10.253	11.444



29 - Divulgações exigidas por diplomas legais

A informação sobre as principais operações do SEMI, por atividade económica resume-se como segue:

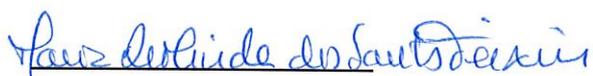
Informação por atividades económicas	atividades económicas			
	31-12-2015		31-12-2014	
	atividade CAE - Rev 3	Total	atividade CAE - Rev 3	Total
Prestação de serviços	321.935	321.935	308.403	308.403
Compras	10.533	10.533	961	961
Fornecimentos e serviços externos	175.664	175.664	158.248	158.248
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				
Mercadorias	6.711	6.711	128	128
Número médio de pessoas ao serviço	6.711	6.711	128	128
Gastos com pessoal	31	31	31	31
Remunerações	424.187	424.187	392.546	392.546
Outros (inclui pensões)	336.538	336.538	325.613	325.613
Ativos fixos tangíveis:	87.650	87.650	66.933	66.933
Quantia escriturada líquida final				
Total de aquisições	1.436.018	1.436.018	1.465.924	1.465.924
Das quais: em Edifícios e outras construções	10.551	10.551	7.554	7.554

ANEXO - SEMI-INTERNATO N^a SRA. DA ASSUNÇÃO

A informação sobre as principais operações do IFMA, por mercado geográfico resume-se como segue:

Informação por mercados geográficos	Mercados geográficos			
	31-12-2015		31-12-2014	
	Interno	Total	Interno	Total
Vendas		-		-
Prestações de serviços	321.935	321.935	308.403	308.403
Compras	10.533	10.533	961	961
Fornecimentos e serviços externos	175.664	175.664	158.248	158.248
Aquisições de ativos fixos tangíveis	10.551	10.551	7.554	7.554
Aquisições de bens do património histórico e cultural		-		-
Aquisições de propriedades de investimento		-		-
Aquisições de ativos intangíveis		-	4.785	4.785

Estoril, 14 de Abril de 2016



O Conselho Provincial



Contabilista Certificado (5172)